

CIES e-Working Paper N.º 176/2014

***O lugar do outro na investigação sociológica:
novas propostas metodológicas***

Pedro Abrantes, Susana Henriques, Inês Pereira e Luísa Veloso

Pedro Abrantes é licenciado e doutorado em Sociologia, professor do Departamento de Ciências Sociais e Gestão da Universidade Aberta e Investigador do Centro de Investigação e Estudos de Sociologia do Instituto Universitário de Lisboa. Tem trabalhado sobre educação, juventude e desigualdades sociais. E-mail: pedro.abrantes@iscte.pt

Susana Henriques é licenciada, mestre e doutorada em Sociologia, professora do Departamento de Educação e Ensino à Distância da Universidade Aberta e investigadora do Centro de Investigação e Estudos de Sociologia do Instituto Universitário de Lisboa. Tem trabalhado sobre educação, comunicação e toxicoddependência. E-mail: susana_alexandra_henriques@iscte.pt

Inês Pereira é licenciada e mestre em Sociologia, doutorada em Antropologia Urbana, investigadora do Centro de Investigação e Estudos de Sociologia do Instituto Universitário de Lisboa e docente da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa. Tem trabalhado sobre movimentos sociais, identidades e tecnologias. E-mail: ines.pereira@iscte.pt

Luísa Veloso é licenciada, mestre e doutorada em Sociologia, investigadora do Centro de Investigação e Estudos de Sociologia do Instituto Universitário de Lisboa. Tem trabalhado sobre organizações, profissões e educação. E-mail: luisa.veloso@iscte.pt

Resumo

A partir de um conjunto de projetos recentes desenvolvidos pelos autores, o artigo apresenta e discute modos de envolver os agentes sociais em diferentes etapas e modalidades da investigação sociológica, potenciando assim a sua relevância social, sem abdicar dos protocolos científicos. Esta discussão organiza-se em cinco eixos: (1) o diálogo com outros campos de reflexão e registo do social; (2) o envolvimento em projetos de intervenção social; (3) o estabelecimento de redes e parcerias com movimentos sociais; (4) a criação de espaços abertos de reflexão e de expressão; e finalmente (5) a divulgação diversificada dos resultados de investigação. Estas propostas visam contribuir para uma sociologia mais comprometida com os direitos, as perspectivas e os projetos dos agentes sociais que constituem, tradicionalmente, o “objeto” de estudo das nossas investigações.

Palavras-chave: Metodologias, Investigação, Intervenção social, Sociologia, Participação.

Abstract

Based on authors' recent projects, the article presents and discusses ways to involve the social agents in different stages and modalities of the sociological research, improving its social relevance, not avoiding its scientific procedures. Such discussion is organized in five axis: (1) the dialogue with other fields of reflection and registration of the social realm; (2) the involvement in social intervention projects; (3) the development of networks and partnerships with social movements; (4) the production of free spaces for reflection and expression; (5) the diversification of project's achievements dissemination strategies. These approaches aim to contribute to a sociology committed to the rights, perspectives and projects of those social agents who traditionally are conceived as the “object” of our studies.

Keywords: Methodologies, Research, Social Intervention, Sociology, Participation.

Introdução

No presente texto, propomos uma agenda de investigação que valorize a relação com os agentes sociais (e com a sociedade), simultaneamente, utilizando os termos clássicos, o “objeto de investigação” e o (potencial) “público” da sociologia. Se a declaração de interesse de tal projeto é simples e tem-se multiplicado, nos anos recentes, as ferramentas para concretizá-lo são complexas e implicam uma profunda reflexão, pelo menos se não quisermos abdicar dos requisitos que nos têm conferido legitimidade científica.

Neste sentido, a partir de um conjunto de projetos recentes em que temos participado, propomos neste artigo uma sistematização e discussão de modos através dos quais a investigação sociológica pode construir uma relação de maior envolvimento recíproco com os agentes sociais, com vantagens heurísticas (e não só) para ambos. Esta reflexão versa, por um lado, sobre os protocolos e suportes da investigação (tais como as fontes de informação/documentação, técnicas de recolha e análise e os procedimentos técnico-metodológicos a acionar para investigar) e, por outro lado, sobre o papel da investigação sociológica na sociedade, contrariando uma pressão frequente para o seu “centramento” na academia. Sustentamos que a investigação em ciências sociais, em geral, e na sociologia, em particular, pode (e deve) abrir espaço à participação e reflexividade (entre investigadores e investigados), reconhecendo, nomeadamente, a importância do envolvimento dos indivíduos, enquanto agentes da construção dos (e reflexão sobre os) contextos de ação.

A crescente complexidade das sociedades contemporâneas com que nos deparamos, enquanto sociólogos e investigadores, leva a que as implicações deste envolvimento nos processos de investigação tenham de ser equacionado à luz de novas necessidades e desafios, implicando, designadamente, uma atuação mais efetiva em contextos específicos. Paralela e simultaneamente também têm vindo a aumentar as exigências que se colocam aos agentes sociais, resultado da crescente complexificação social, dos processos de globalização, da compressão do tempo e do espaço decorrentes da intensificação das trocas sociais em rede (Castells, 2001). É neste cenário que situamos o nosso argumento de que a sociologia, através do processo de investigação, tem que assumir um papel ativo e interventivo. Dito de outro modo, numa realidade social marcada pela complexidade e pela injustiça, em que os agentes sociais se

deparam com um vasto leque de possibilidades e de constrangimentos, face às quais têm um posicionamento desigual (Giddens, 1994), cabe à investigação, em geral, e às ciências sociais, em particular, um papel ativo no facultar de um conhecimento fundamentado de apoio à intervenção social e de transformação dos resultados em *práxis*.

Além disso, num mundo profundamente reflexivo, onde proliferam diferentes narrativas sociais, linguagens e formas de conhecimento, caberá também às ciências sociais promover um trabalho de investigação que absorva, integre, utilize e reflita sobre as linguagens, saberes e técnicas dos agentes sociais envolvidos. Como refere Rancière, a propósito dos processos de aprendizagem e, logo, de construção de conhecimento, “por todo o lado existem pontos de partida, cruzamentos e laços que nos permitem aprender algo de novo, se recusarmos, em primeiro lugar, a distância radical, em segundo lugar, a distribuição dos papéis, e em terceiro lugar, as fronteiras entre os territórios. (...) Todo o espetador é já ator da sua história” (2010: 28). Perspectiva-se, assim, promover a criação de pontes, traduções e partilhas que permitam enriquecer e complexificar a produção de conhecimento sobre a realidade social. De outro modo, corre-se um risco evidente de alimentar um fechamento endógeno que pode traduzir-se na irrelevância social do conhecimento produzido.

Trata-se de um problema já discutido por Mills (1959), propondo o autor o recurso à imaginação sociológica para romper com certo autismo face às dinâmicas sociais que identifica nas teorias e métodos dominantes à época. É verdade que, entretanto, as sociedades viveram um processo importante de transformação cultural (“cultural turn”) o que significou, na sociologia, a afirmação de um pluralismo que, em alguns casos, poderá resvalar para uma fragmentação e hiper-relativismo, tendências também capazes de minar o valor social da disciplina (Scott, 2005; Aguiar, Francisco e Noguera, 2009).

Neste sentido, somos sensíveis ao movimento que, no seio da disciplina, tem defendido o desenvolvimento de uma “sociologia pública”, na medida em que procura escapar aos determinismos, tanto do academismo como do mercado, produzindo um conhecimento reflexivo e capaz de dialogar com públicos extra-universitários, ou seja, com as preocupações, interesses, linguagens e lógicas de ação destes (Burawoy, 2005 & 2007). Como assinala Vaccarezza (2009), as ciências sociais não são imunes a uma pressão crescente para demonstrar e promover a sua utilidade, ainda que, no seu caso,

essa utilidade deva ser colocada não apenas ao nível das suas aplicações para o desenvolvimento de políticas e tecnologias, mas, fundamentalmente, ao nível das relações sociais de investigação. A sociologia será, neste sentido, tão útil quanto consiga, em diferentes momentos do seu trabalho, estabelecer relações, reflexões e conhecimentos, capazes de ser apropriados e valorizados por distintos grupos sociais, a começar por aqueles que mais diretamente estão envolvidos no campo que cada investigação privilegia.

Trata-se de uma preocupação tanto ética como pragmática, no sentido em que procura comprometer os sociólogos com as consequências sociais da sua ação, reconhecendo igualmente que, num mundo de solicitações permanentes, aquilo que os sujeitos investigados podem “dar” à sociologia, em termos de informação empírica, depende sempre da sua percepção dos objetivos e dos efeitos do projeto sociológico.

Estes desafios exigem a redefinição das práticas de investigação e de produção do conhecimento, através de um maior envolvimento do investigador com os sujeitos investigados e com o objeto de estudo. Ao invés de reduzir a (pretensa) independência dos sociólogos, cremos que esta atitude “implicada” – desde que combinada com um domínio sólido das teorias e requisitos metodológicos da disciplina, obviamente – tende a produzir resultados científicos adicionalmente interessantes, não apenas alargando a sua utilidade social, mas também promovendo a sua qualidade propriamente cognitiva (e a sua efetiva independência).

Importa notar que não propomos aqui uma ruptura ou modelo alternativo, uma vez que encontramos nas ciências sociais – desde os fundamentos, passando pelas suas várias etapas, até às propostas mais recentes – um papel incessante e insubstituível na criação de tais espaços e estímulos. No campo científico, quem tem sido mais propenso a reclamar para si o monopólio deste trabalho de “empowerment”, não apenas pode incorrer numa atitude de arrogância perante a história da sua disciplina, como também, mais facilmente, derivar para um pedantismo intelectual pouco sensível à construção e envolvimento de todos os agentes nos processos de investigação e na difusão dos seus resultados. Mas como refere Bourdieu “cada protagonista desenvolve uma visão desta história conforme aos interesses ligados à posição que ocupa nesta história, sendo as diferentes narrações históricas reinventadas em função da posição daquele que as faz, não podendo portanto aspirar ao estatuto de verdade indiscutível” (2004: 21).

O que pretendemos sublinhar é que esta vocação sociológica deve ser reafirmada, refletida e protegida, tornada consciente nas agendas de investigação e operacionalizada através de dispositivos metodológicos permanentemente apurados. Importa igualmente discutir que oportunidades e desafios apresentam as sociedades contemporâneas (em alguns aspetos, com traços radicalmente distintos às anteriores) ao desenvolvimento de uma vertente “participante” da sociologia que incorpore o desenvolvimento de metodologias mais apropriadas e heurísticas e que permitam potenciar a comunicação (e envolvimento) com os diferentes setores da sociedade e precaver resultados contraproducentes.

O texto encontra-se estruturado com base num conjunto de experiências e reflexões dos autores, apresentando linhas teóricas e metodológicas que: perspectivam constituir suportes a uma investigação implicada; que conferem um lugar de destaque aos agentes sociais, enquanto objeto de investigação e sujeitos de ação; e que criem dispositivos teórico-metodológicos conducentes a esta abordagem. Concretamente propomo-nos privilegiar uma reflexão sobre os seguintes domínios: (1) o diálogo com outros campos de reflexão e registo do social; (2) a participação dos agentes em contextos de intervenção social, promovendo espaços de reflexividade e expressão; (3) o estabelecimento de redes e parcerias com os agentes de transformação social, transacionando saberes, reflexões e práticas; (4) estratégias metodológicas que permitam formas de envolvimento e de expressão dos agentes envolvidos; e finalmente (5) a divulgação alargada e diversificada dos resultados de investigação, contribuindo para a “formação de públicos” e a consciência social das populações.

Relação com outros campos de reflexão sobre o social

A investigação em ciências sociais, em geral, e na sociologia, em particular, tem sido acompanhada por uma reflexão permanente acerca dos procedimentos técnico-metodológicos acionados para a análise da realidade. E as tentativas são diversas, numa perspectiva de familiarização com o objeto de estudo e com o intuito de alcançar um conhecimento crescentemente interessante e reflexivo.

Num processo histórico que remonta ao século XIX, a sociologia tem vindo a conquistar um espaço de legitimidade no campo científico que é marcado, não apenas pela construção de paradigmas teóricos próprios, mas também pela construção de um olhar específico e singular sobre a realidade.

Fora do campo científico, têm-se desenvolvido outras formas de análise e reflexão sobre o social. As várias formas de expressão artística são disso exemplo. Adotando enfoques próprios, na dança contemporânea, na arquitetura ou no cinema podem encontrar-se múltiplos exemplos de trabalhos que propõem um olhar sobre o real social.

No cinema, para além do designado género documental, são inúmeros os casos de realizadores cuja preocupação reside em propor um olhar sobre o real. Todas as obras enquadradas no neorealismo italiano, como as de Roberto Rossellini¹ ou de Luchino Visconti², perspectivam, por exemplo, ter um papel de denúncia de uma sociedade fortemente desigual e marcada pela pobreza extrema de determinadas franjas de população. Em Portugal, vejam-se os recentes trabalhos de Pedro Costa, como “No quarto da Vanda” (2000). Este filme retrata exemplarmente diversas dimensões das vidas de um bairro de Lisboa marcado pela presença permanente da comercialização e consumo de estupefacientes e pelas vivências quotidianas dos seus habitantes. Outro exemplo ainda é a reflexão desenvolvida pelos cineastas da “Nouvelle Vague” e as reivindicações que apresentam. As notáveis obras de Jean Luc Godard são um excelente ponto de partida³. Ou porque não referir os filmes de João César Monteiro ao retratar a cidade de Lisboa, de forma particularmente exemplar na sua última obra “Vai e vem” (2003). Mas também na fotografia, poderíamos citar o famoso trabalho de Robert Frank, “The Americans” (1958), dentro de toda uma tradição de trabalhos fotográficos que pretendem fomentar a consciência e o debate social (Ferro, 2005). Ou, na dança, as obras de Pina Bausch, capazes de criar distorções e subversões nos modos de percepção sobre o mundo social, conduzindo assim a uma maior reflexividade sobre ele (Escudero, 2009). Ou ainda, na literatura, romances como “O Sonho do Celta”, de Mário Vargas Llosa, de 2010, reconstruindo todo um ambiente de época e uma teia de relações sociais, estruturante das investidas colonialistas na génese da modernidade; ou a obra de Eduarda Dionísio, “Retrato dum amigo enquanto falo”, de 1988, que retrata exemplarmente, num registo personalizado, a transição do regime ditatorial para a democracia em Portugal.

¹ Veja-se, por exemplo, filmes como “Roma, cidade aberta” (*Roma, città aperta*), de 1945.

² É o caso de “A terra treme” (*La terra trema*), de 1948.

³ Veja-se, por exemplo, filmes como “Pravda”, de 1970, em que se reflecte sobre a invasão da então Checoslováquia pela URSS ou “Até à vitória” (*Jusqu'à la victoire*), de 1970 sobre a questão palestina.

Não partilhamos, de todo, de uma aceção de supremacia da arte sobre a ciência ou vice-versa nas análises e discursos sobre a realidade social. Reiteramos, sim, que existem abordagens artísticas (visuais, literárias ou musicais) que nos permitem alargar o âmbito das nossas reflexões sobre a realidade social. Prevalece a convicção de que as ciências sociais, em geral, e a sociologia, em particular percorreram um caminho de experimentação e teste de procedimentos e caminhos de análise da realidade social que deve continuar a mobilizar. Entrevistar, observar ou inquirir são processos cruciais de análise do real. Estes podem ser amplamente trabalhados e complementados com a análise, em si, de outros registos sobre a realidade. Adicionalmente, importa referir que vários dos trabalhos citados, tal como muitos outros no campo artístico, há muito que incorporaram no seu trabalho metodologias sistemáticas como a investigação documental, as entrevistas, a observação participante, pelo que qualquer paternalismo racionalista se revela desajustado.

A atenção a conferir a outras linguagens e formas de reflexão sobre o social deve, neste sentido, ser considerada em várias plataformas de articulação com a investigação sociológica. Propomos, neste sentido, uma reflexão sobre os diversos modos e mecanismos de reflexão sobre e de registo do social com base em três eixos de reflexão que desemboquem em práticas:

- Integrar no processo de recolha de documentação (tradicionalmente, livros, artigos, trabalhos académicos), habitualmente designado “análise e recolha de bibliografia”, sobre uma determinada temática e respetivos enquadramentos teóricos, outro tipo de referências que constituem registos, reflexões, análises, testemunhos sobre a temática. Desde filmes a trabalhos fotográficos, passando por espetáculos ou outro tipo de documentação escrita, que permitem conhecer um determinado objeto de estudo e as especificidades de um determinado fenómeno social, por vezes difícil de alcançar por via de uma análise assente, exclusivamente, no trabalho sociológico;
- Integrar nos projetos de investigação procedimentos técnico-metodológicos que recorram a formas de registo que foram e têm sido desenvolvidos em contextos artísticos, jornalísticos ou outros (documentos, fotografias, músicas, etc.), de modo a interpelar os sujeitos sobre as realidades sociais e fomentar, desta forma, a reflexividade dos agentes e o debate sobre experiências vividas;

- Se refletir sobre os contributos de outros campos que contemplam uma reflexão sobre o real para a análise sociológica, o inverso também é uma evidência. Cineastas, artistas plásticos, curadores de exposições, encenadores, animadores culturais, arquitetos podem encontrar nas ciências sociais uma produção de conhecimento sobre a realidade social que contribua para informar os seus trabalhos. É comum encontrarmos referências, nos trabalhos artísticos, a pensadores e filósofos contemporâneos e mais escassamente a cientistas sociais. Tais registos e linguagens não se sobrepõem nem se substituem uns aos outros; atendendo às virtudes de cada um deles, pode revelar-se enriquecedor e profícua a sua articulação e uma cooperação mais intensas, a par da descoberta de novas linguagens e formas de registo do social.

Propõe-se que, nas ciências sociais, se aprofundem práticas de reflexão e de experimentação de caminhos diversos de articulação com novas linguagens e campos do social. Para tal, impõe-se promover o reconhecimento de outras formas de expressão enquanto linguagens, formas, propostas de reflexão sobre o social que permitem um olhar e um registo do social que não são menos válidas por não serem classificadas como “científicas”. É uma atitude de reflexividade permanente sobre a produção de conhecimento científico, sobre “as condições sociais da construção sociológica e do sujeito dessa construção” (Bourdieu, 2004: 129). A ciência, tal como a realidade social, e porque faz parte desta, é um processo social de classificação, de dominação, de criação de realidades e, logo, de construção de conhecimento.

Propõe-se, ainda, que estas vias possam constituir mecanismos de reflexividade participada dos agentes sociais que são, simultaneamente, sujeitos e construtores da realidade social e que, por esta via, seja possível concretizar duas propostas: reduzir (tornando-o também mais transparente) o impacto decorrente da imposição da racionalidade dos investigadores sobre os “objetos” que estuda; devolver o saber aos agentes sociais, assumindo-os como sujeitos ativos no processo de construção do conhecimento.

Envolvimento nos processos de intervenção social

O campo da sociologia atual é, cada vez mais, marcado por desafios de intervenção em contextos diversificados e críticos – como as áreas da exclusão social e

desigualdades, da juventude e adolescência, das dependências, das sexualidades, das organizações e relações laborais, da reabilitação urbana, etc. Neste contexto, face à pluralidade de possibilidades disponíveis, os agentes sociais são cada vez mais chamados a intervir nos mais diversos âmbitos de ação, sendo-lhes exigido um nível de conhecimentos cada vez mais especializado traduzido num conjunto de competências associadas à educação ou literacia para a *mídia*, à parentalidade, à saúde, à ciência, à participação política, ao consumo, ao ambiente, à gestão financeira, etc.

A título exemplificativo, no desenho e desenvolvimento de ações no âmbito da prevenção de consumos de substâncias psicoativas, importa ter em conta que se trata de práticas de consumos associadas a estilos de vida que configuram (re)definições identitárias (Carvalho, 2007). Este aspeto remete para o relativo desconhecimento destas práticas e populações “ocultas” (Fernandes e Carvalho, 2003), bem como para a crescente necessidade de formular respostas sensíveis à natureza complexa e multifacetada do fenómeno. Neste sentido, há que partir de um diagnóstico seguido de aplicação do conhecimento adquirido num processo em espiral. Mas esta aplicação, para ser eficaz, tem de ser transversal, reflexiva e flexível, no sentido de equacionar uma pluralidade de respostas e práticas de qualidade capazes de ir ao encontro das necessidades e vontades de mudança dos grupos de indivíduos, implicando-os de forma responsável nos processos sociais, incluindo os de cariz emancipatório.

Procurando adensar a concretização, há que identificar os fatores de risco e os fatores protetores (Borges e Filho, 2004) num dado grupo-alvo de intervenção e, a partir daí, desenvolver estratégias de intervenção adequadas ao desenvolvimento dos segundos e ao enfraquecimento dos primeiros. Isto implica, por exemplo, desenvolver competências pessoais e sociais ao nível da comunicação, da gestão emocional, da pressão de pares, dos processos de tomada de decisão, etc.

Neste contexto, o papel da investigação sociológica pode exigir uma maior implicação dos investigadores nos processos de intervenção e de mudança no terreno, condição que exige o desenvolvimento do conhecimento sobre os respetivos objetos de estudo.

Outro objeto de análise que permite exemplificar a reflexão é a literacia para *amídia*, ao remeter para o desenvolvimento de competências, não apenas ao nível da leitura crítica dos conteúdos, mas também da produção desses mesmos conteúdos, promovendo uma maior independência, localização e diversidade na cultura

mediatizada em que nos inserimos. Neste sentido, tem vindo a ser evidenciada a necessidade de aprofundar as questões da literacia para a *mídia* e das novas formas de comunicação digital no desenvolvimento da participação cívica – ativa e crítica – dos indivíduos, a partir de recursos mediáticos como jornais (impressos ou “online”), televisão, videojogos, blogues ou redes sociais. O desenvolvimento de competências através dos conteúdos, consumidos e produzidos, implica a expressão criativa e reflexiva de opiniões, emoções, visões do mundo, da comunidade e do grupo, de onde resulta uma maior capacidade de entendimento de questões complexas e de ação sobre elas (Tyner, ed., 2010). Desta forma, as competências adquiridas são, não apenas cognitivas ou instrumentais, mas também práticas, na medida em que capacitam os indivíduos para a participação nas suas esferas privadas, profissionais ou sociais a partir das representações sociais, pertenças culturais, condições de origem, etc.

Importa, então, reconhecer a diversidade social das literacias para a *mídia* e as funções sociais que serve, explorar de forma mais aprofundada a relação entre os aspetos críticos e criativos da literacia para a *mídia* e como se podem articular entre si. Isto implica o desenvolvimento de novas formas de diálogo entre os indivíduos, os produtores, as audiências, de novas instituições na esfera pública proporcionando oportunidades de acesso e de participação mediática (Buckingham, 2010a). A produção de jornais, de blogues, de filmes e a sua divulgação são algumas das atividades que têm vindo a ser desenvolvidas neste âmbito, permitindo trabalhar questões como o consumo, a saúde, os conflitos e os papéis de género e relações familiares (Buckingham, 2010b).

Um terceiro exemplo, no domínio da arquitetura, são os processos de concepção de programas arquitetónicos com a participação das populações que procuram, em alguns casos, pensar o espaço e os espaços conjuntamente com as populações que os vão habitar e, mesmo, em alguns casos, construir. E após tal processo, os arquitetos mobilizarão os seus saberes próprios para a concepção do projeto. Tal passa, não apenas por ter reuniões com os futuros utilizadores dos espaços, mas também por os familiarizar com as ferramentas da arquitetura. Uma das vias possíveis é construir uma maquete em sabão, e que pode tomar forma ao longo do trabalho com as pessoas. Num estudo sobre a degradação de um bairro, por exemplo, ou a desertificação de uma zona urbana, porque não pedir às pessoas que nos mostrem o seu sítio e que sejam elas a definir e a orientar-nos nos espaços que dominam e definam o que pretendem mostrar?

Com os seus saberes, ferramentas e competências, o sociólogo pode ser um agente fundamental na coordenação, mediação e/ou investigação destes processos, compreendendo as várias racionalidades, interesses e linguagens envolvidos, bem como os resultados (por vezes complexos e inesperados) das interações entre eles. Sublinhamos, assim, a necessidade da investigação sociológica incorporar o relacionamento, a interação, a confiança, o diálogo, a negociação, a partilha do simbólico, a gestão da diferença (preconceitos e estereótipos) e a mediação.

Integração em redes e plataformas de (investig)ação

Será a investigação uma ferramenta para mudar o mundo? Poderá caminhar lado a lado com aqueles que fazem da luta pela transformação social o seu quotidiano? E terão estes uma palavra a dizer aos sociólogos e outros cientistas sociais? Nesta secção, procuramos refletir sobre a relação entre a investigação e as redes e plataformas de ativismo, encontrando possíveis formas de construção e envolvimento que reconfigurem as identidades e os projetos tanto da própria investigação como da ação coletiva, visando a transformação social: movimentos sociais, associações, eventos efémeros de contestação. Trata-se do que Burawoy denomina “sociologia pública orgânica” (2005), na qual o sociólogo trabalha em estreita articulação com um público visível e ativo.

Alguns anos de investigação junto de ativistas e organizações de movimentos sociais levam-nos a problematizar a relação que é estabelecida entre investigadores e ativistas no sentido de desenvolver relações de reciprocidade e envolvimento mútuo que permitem, sustentamos, transformar e enriquecer a construção continuada do processo de investigação e da ação contestatária levada a cabo pelos dois tipos de agentes considerados. Proposta esta que exige ultrapassar uma série de resistências e desconfianças construídas de parte a parte e que tendem a persistir, mesmo que residualmente, no discurso e nas práticas daqueles que, assumidamente têm uma dupla pertença, como investigadores e ativistas.

Importa notar que os ativistas não são, necessariamente, indivíduos motivados de modo unidirecional em torno de um objetivo único inquestionável e imutável (Pereira, 2010). Pelo contrário – quer estejamos a falar de doutrinas que pressupõem narrativas societárias alternativas quer nos centremos em projetos de resistência quotidiana realizados em comunidades menos escolarizadas – os ativistas procedem, no decurso da sua ação, a reflexões sobre os seus meios, táticas, motivos, identidades,

causas e projetos. Conhecem, muitas vezes, as questões de investigação não colocadas, as reflexões que urge fazer, os limites e as potencialidades da sua ação e sabem quem são os agentes e interlocutores centrais ao movimento. Manifestam, na sua interlocução com os investigadores, interesse em ver respondidas determinadas questões, e têm explicações já refletidas para muitas outras. Este conhecimento, construído a partir de dentro, não deve ser desprezado. Da mesma forma, os cientistas sociais ao investigarem movimentos sociais, têm um conhecimento e um olhar holista sobre esta realidade que lhes permite ver soluções para problemas aparentemente inultrapassáveis. Estão providos de um arsenal teórico que lhes permite analisar a realidade por comparação com outras realidades análogas. E nas suas investigações podem propor, a partir de um olhar teoricamente informado, estratégias e dinâmicas de ação coletiva: o que fazer e como fazer.

Propomos assim reconfigurar a relação entre a investigação científica e as diversas formas de ação coletiva que não deixam, nos seus projetos ideológicos, de ter espaço para a reflexividade e produção de conhecimento. Neste sentido, apresentamos, seguidamente, quatro estratégias de construção e envolvimento mútuo entre a investigação e a ação, que reconfiguram identidades, questões de investigação e estratégias de investigação e de ação.

Mediação

Oriundos de dois meios distintos, cientistas sociais e ativistas dos movimentos sociais atuam frequentemente como mediadores da investigação e da ação coletiva. Por um lado, no decurso da investigação, os cientistas sociais adquirem uma visão de conjunto e uma definição sociologicamente informada das fronteiras entre “insiders” e “outsiders”, que permitem a atuação como elementos mediadores de uma ação tendencialmente fragmentada (Castells, 2003; Hardt e Negri, 2006). Com efeito, a ação coletiva atomiza-se, frequentemente em grupos, associações e tendências distintas, perdendo-se uma noção de conjunto que é recuperada numa observação construída simultaneamente a partir de dentro e de fora. Neste sentido, as observações estruturadas na investigação podem ser essenciais para a construção de redes e plataformas com identidades partilhadas e para a gestão de conflitos internos. Por outro lado, na elaboração do projeto de investigação, são muitas vezes os seus objetos que fornecem pistas valiosas sobre as suas próprias redes e fronteiras, indicando possíveis focos de investigação e estabelecendo a ponte para realidades inexploradas. Num meio que frequentemente é de

acesso condicionado, informal e recheado de implícitos a ação de mediação dos informantes privilegiados é central, reconfigurando os trilhos e a própria identidade da investigação.

Tradução

A interação entre investigador e investigado deve decorrer sobre a égide do conceito de tradução (Sousa Santos, 2004). Por um lado, é fundamental escutar os interlocutores dos movimentos aprendendo – a partir de uma visão “emic”, ou seja, construída a partir de dentro e atentando na perspectiva dos agentes – os seus próprios termos e conceitos, deixando que sejam aqueles a traduzir em palavras que o investigador possa entender os seus símbolos, narrativas e ações. É fundamental combater a tentação de encaixar novas ações em categorias preconcebidas, como tantas vezes foi feito nos estudos sobre movimentos sociais e subculturais. Por outro lado, cabe ao sociólogo traduzir os eixos e resultados da sua investigação, partilhando em rede saberes teoricamente informados sobre necessidades sociais, formas de ação e forças e fraquezas dos movimentos, traduzindo e devolvendo aos seus interlocutores os resultados da investigação.

Participação

Decorre do anteriormente exposto a mais-valia trazida pela participação e envolvimento mútuo nas atividades de investigação e transformação social. A construção e reconstrução dos projetos de investigação pode e deve ser feita ouvindo os “objetos” da investigação, criando questões de partida e problemáticas que se ancorem na realidade objetiva e nas narrativas simbólicas dos contextos de ação social. Da mesma forma, os investigadores nesta área dispõem de dados e observações empíricas valiosas para a construção dos projetos identitários de mudança social, podendo ser partilhados diagnósticos relativos a problemas sociais, bem como ao decurso da ação contestatária, seus limites, potencialidades e oportunidades.

Avaliação

Finalmente, uma postura de construção e envolvimento mútuo, assumida quer pelos investigadores, quer pelos “objetos” da investigação deve pressupor uma avaliação mútua que permita uma discussão franca sobre o processo, as identidades e os impactos da investigação e da ação social, numa lógica construtiva que respeite as intenções diferenciadas de cada contexto em interação. Tal, pressupõe adotar uma reciprocidade vantajosa a ambas as partes constituindo o corolário – quer seja feita “on-going” ou no

final de determinada (investigação – da postura de construção e envolvimento aqui sustentada.

Criação de espaços de reflexividade, expressão e participação

O trabalho em ciências sociais e, em particular, a investigação em sociologia podem (e devem) abrir novos espaços públicos de participação e de reflexividade, aos diferentes setores da sociedade, mas com uma responsabilidade acrescida perante aqueles que, por múltiplas dinâmicas de desigualdade e de exclusão social, têm sido frequentemente privados dos debates públicos (publicados ou transmitidos), isto é, das esferas de reflexão e decisão sobre a sociedade em que vivemos.

É possível desenvolver projetos em que o trabalho de campo se baseie, precisamente, no apoio à criação e regulação de espaços sociais de produção, de participação e de reflexividade, colocando os agentes sociais como protagonistas. Estas metodologias têm sido designadas, em alguns contextos, “participativas” ou “colaborativas”, implicando um modelo menos assimétrico de relação social de investigação: a investigação com (e não apenas sobre) os sujeitos (Podestá, 2007).

É o caso, por exemplo, dos projetos em que se desafiam grupos de jovens a produzir trabalhos artísticos sobre a sua comunidade (fotografias, vídeos, murais, música, literatura, etc.), as suas expectativas e direitos, concebendo ferramentas (cognitivas e materiais) e motivações (exposição pública, participação em eventos, etc.) para que os possam desenvolver (Lashua, 2006 e Flores, 2007, Justo e Vasconcelos, 2009, Bertely, Saraví e Abrantes, 2013). Neste domínio, o uso da pintura e da fotografia tem sido preponderante, mas existem outros projetos que recorrem a outras linguagens artísticas, como a literatura (King, 2007), o cinema ou o teatro (Kaptani e Yuval-Davis, 2008). Além do importante contributo para a formação, participação e valorização social dos indivíduos (em certos casos, decisiva para o seu futuro trajeto de vida), esta metodologia tem permitido recolher informação extremamente original e valiosa para a análise sociológica sobre os participantes e os seus contextos de vida, sendo a obra produzida apenas uma das fontes objetivas desses dados e que deve ser complementada pelo registo minucioso das diversas interações ao longo do processo (e, sobretudo, das transformações disposicionais observadas).

De notar que, sobretudo nos contextos mais desfavorecidos, os agentes têm estado privados das ferramentas de produção de uma reflexividade (e de uma

legitimidade) acerca de si mesmos e da sociedade, sobretudo a nível discursivo, mas demonstram, frequentemente, competências e sensibilidades extremamente desenvolvidas noutros estilos de expressão, como o visual, musical ou performativo (Pickering, 2009, Carballo, 2009). Desta forma, é possível não apenas envolver os agentes em atividades significativas, que conhecem e que os valorizam (em alguns casos, os apaixonam), fornecendo-lhes um espaço menos assimétrico e menos “violento” de comunicação (Bourdieu, 1993) e no seio do qual podem desenvolver, ao longo do projeto, uma reflexão “sua” sobre a identidade e sobre diversos temas da sociedade.

Outro exemplo é o apoio à realização de “assembleias” com os agentes que compõem o contexto social em estudo, permitindo-lhes discutir as situações mais significativas, na sua perspectiva e nos seus termos, construir posicionamentos e consensos, bem como propor objetivos, medidas e práticas de transformação (Abrantes e outros, 2011). A utilidade (extra-investigação) que os agentes podem encontrar no envolvimento nestas atividades só deve ser entendida, desde que clarificado o “mandato” dos investigadores, como uma garantia da qualidade dos dados produzidos. Existem, ainda, vantagens óbvias em que esta metodologia seja aplicada em articulação com as autoridades vigentes no contexto referido, criando esferas de participação legítimas e operacionais. No entanto, não é de excluir a criação de espaços alternativos que podem dar origem a plataformas, associações ou outros espaços de ativismo, como referidos na secção anterior.

Uma terceira variante, utilizada, mormente, com crianças e adolescentes, é o estabelecimento de plataformas de comunicação entre agentes em contextos sociais distintos, gerando reflexões e descrições sobre si mesmos e sobre as suas experiências de vida, através da confrontação (comunicativa e emocional) com o outro. Através da descoberta do outro, descobrimo-nos a nós mesmos, gerando um processo e um conjunto de materiais extremamente ricos para a investigação (Atkinson, 2006). Os indivíduos encontram-se permanentemente integrados em dinâmicas sociais de interação com outros relativamente aos quais se referem (Veloso, 2009).

Uma modalidade mais extremada desta perspectiva é a adotada por algumas investigações que assumem que os participantes são co-investigadores. Tem sido possível, por exemplo, envolver crianças desde uma idade precoce em projetos de investigação — geralmente sobre a infância e as suas experiências de vida — nas quais

colaboram, de modo responsável, em fases como: a definição das perguntas de partida, a construção dos instrumentos, a aplicação de questionários, a realização de entrevistas e a observação, a sistematização dos dados e a divulgação dos resultados. Além do papel importante na formação e valorização dos agentes envolvidos, os resultados destas investigações, em vários sentidos, têm sido surpreendentes (Alderson, 2005, Lorandi, 2009).

Importa frisar que, no recurso a estas abordagens metodológicas que operacionalizam a ideia da investigação como “orquestra de sentidos” (Souza Martins Eckert e Novaes, orgs., 2005), o sociólogo nunca deve abdicar do seu trabalho profissional de análise, anterior, paralela e posterior ao trabalho de campo. Para isso, será necessário superar o “deslumbramento” que geram alguns destes processos e sofisticar os instrumentos de investigação e os modelos analíticos, de forma a registrar de modo sistemático uma informação muito mais diversificada e rica do que a resposta a um questionário ou uma entrevista (como mostram Brown, Dilley e Marshall, 2008), os avanços na tecnologia digital geram novos instrumentos apropriáveis pela investigação sociológica e, posteriormente, aproveitar esta informação para aprofundar a compreensão sociológica da realidade (Halford e Knowles, 2005).

Divulgação alargada e diversificada dos resultados da investigação

O nosso quinto e último eixo de reflexão radica na afirmação de que a sociologia deve alargar e democratizar a forma de apresentação das suas análises e reflexões, tornando-as interessantes e úteis a diversos setores da sociedade.

É verdade que, como se disse anteriormente, as ciências sociais têm participado desde a sua génese nos processos de regulação e transformação social, introduzindo, nos meios culturais referenciados como mais eruditos e políticos, um conhecimento sobre os diferentes contextos sociais (usado, por vezes, para sofisticar formas de dominação), a par de uma consciência de injustiça face às formas mais brutais e evidentes de desigualdade e de exclusão. Na sociedade atual pode avançar-se um pouco mais nesse sentido, transmitindo diretamente os resultados das análises aos cidadãos (sobretudo os mais interessados e envolvidos nos contextos em estudo em cada investigação) e permitindo, desta forma, a sua apropriação pelos agentes nas suas diversas lutas pelo reconhecimento individual e coletivo e pela justiça social (Honneth, 1995). A ausência

de reconhecimento constitui, em si, um objeto de estudo que importa alargar e desenvolver (Caillé, dir., 2007).

O movimento recente da divulgação pública da ciência avança nesse sentido, mobilizando diferentes espaços e linguagens para o desenvolvimento de competências científicas em grupos sociais de distintos perfis e idades, estranhando-se o envolvimento pouco expressivo das ciências sociais. Fala-se hoje, por exemplo, de um diálogo necessário entre cientistas profissionais e amadores (Meyer, 2010) e muitos biólogos, físicos, químicos ou economistas prestigiados e premiados dedicam-se a documentar as bases, os avanços recentes e os debates atuais das suas áreas de investigação para públicos alargados, através da participação em debates, vídeos, escrita de livros, etc. Tratando-se de ciências mais antigas e mais codificadas (ou seja, mais institucionalizadas e distantes das linguagens dos demais cidadãos), como pode a sociologia satisfazer-se com a produção de análises e reflexões apenas acessíveis aos seus pares ou, quanto muito, a algumas elites culturais e políticas com uma formação mais próxima da sociológica (e dos respetivos códigos), gerando assim efeitos apenas mediatos (e, por isso, mais passíveis de distorção) na vida social?

Devemos considerar este complexo desafio, exigindo investimentos e lógicas de ação específicos, pois, apesar do aumento dos níveis de escolaridade permitir uma aproximação do discurso sociológico a diversos setores sociais, a verdade é que a leitura regular de livros (excluindo os manuais técnicos do respetivo campo profissional) continua a constituir, como mostram investigações recentes (Griswold, McDonnell e Wright, 2005), uma prática distintiva de uma elite cultural. Importa não esquecer que se têm disseminado, simultaneamente, um conjunto amplo de registos e linguagens de apreensão mais imediata e, portanto, com uma capacidade de interpelação desmesurada.

Esta questão remete igualmente para a dimensão do diálogo com a comunicação social, pois esta constitui uma plataforma incontornável de divulgação dos resultados da investigação científica e, logo, também, da sua eventual apropriação pelos cidadãos. Como refere Pinto, a qualidade do diálogo entre as comunidades científicas e a comunicação social é fundamental para tal divulgação (2007: 58). E propõe que “mais importante do que dar conta do conteúdo e alcance das inovações científicas e tecnológicas será encontrar motivos para instalar o debate” (Pinto, 2007: 59), com todas as precauções necessárias face aos riscos de deformação das aceções veiculadas.

A este propósito, entre outros, podemos citar a participação (com a sua “expertise” científica, não apenas enquanto cidadãos) de alguns sociólogos e antropólogos espanhóis em debates públicos atuais tão sensíveis e complexos como a imigração, a violência urbana, a mutilação genital feminina ou a tolerância religiosa (Pujadas, 2009). Este envolvimento pode adotar a forma de produção de reflexões de base científica divulgados nos meios de comunicação social (televisão, rádio, jornais, internet), ela própria já requerendo o desenvolvimento de novos formatos e estilos argumentativos. Mas pode também mobilizar outros dispositivos mais originais, como a colaboração, com o Estado e/ou organizações civis, em ações de rua, na criação de plataformas entre organizações e setores sociais, na produção e atualização de sítios eletrônicos, entre outras. A antropologia pode desempenhar aqui um papel importante, pela sua relação mais próxima, por exemplo, com o cinema documental, embora estando esta também confrontada com novos dilemas e propostas (Schiltz, 2006 e Flores, 2007). Outras estratégias mais experimentais passam, por exemplo, pela produção de um “romance etnográfico”, como um dos resultados de um projeto de investigação (Descola, 2006). A prática de uma cidadania esclarecida potencia uma intervenção mais autónoma e, desejavelmente, eficaz dos indivíduos. Por sua vez, os cientistas não poderão deixar de equacionar as consequências práticas dos seus resultados (Pinto, 2007: 60).

Como tem ocorrido noutros países, também a cobertura mediática dos avanços sociológicos deve encontrar-se na nossa agenda de trabalho, sendo para isso necessário uma relação mais estreita com os meios de comunicação social, implicando a sua sensibilização, mas também a produção de sínteses de apropriação mais fácil e imediata pelos jornalistas (Garber, 2005).

Concluindo

Diversificação de linguagens e modos de reflexão, diálogo, capacitação, parcerias transformadoras, participação e reflexividade, todos estes conceitos nos reenviam para uma nova relação entre a investigação e aquilo – ou aqueles – que são investigados, assim como com outros que também refletem sobre a realidade social, numa lógica que potencia a investigação, mas também o seu impacto social. Tal pressupõe reformular os processos de investigação, os quais devem decorrer, também sob a égide dos dois conceitos centrais na nossa proposta: construção e envolvimento.

Propomos que se debata todo um conjunto de teorias e metodologias atuantes neste âmbito (por exemplo, investigação-ação, investigação ativista, investigação implicada, investigação aplicada ou sociologia pública, só para citar algumas das reflexões que têm sido realizadas) procurando, com base em experiências concretas, lançar pistas para a inclusão destas questões numa agenda de investigação para o futuro e evitar cair num “vanguardismo intelectual” comprometido (Burawoy, 2005: 277).

Apesar dos perigos de fragmentação (Scott, 2006), não duvidamos das vantagens objetivas do desenvolvimento de um código científico particular, apenas dominado pelos especialistas de determinados campos, para a expansão do conhecimento e, em última instância, para o desenvolvimento social. Mas acreditamos que é possível explorar, de forma tão rigorosa como criativa, diferentes linguagens e formas de expressão sociológica, económica, antropológica, etc. (que se alimentem entre si, em vez de competir ou contradizer), sendo da maior utilidade, nesta vertente, a colaboração com profissionais de outras áreas. A criação de barreiras entre as disciplinas, por sua vez, tem conduzido ao “entricheiramento nas pseudodivisões dos saberes” (Curto, 2011) e constitui um sinal de reprodução das lógicas académicas fechadas que não assentam numa distinção efetiva de domínios, entrecruzáveis, de produção de conhecimento científico. Importa procurar inverter uma lógica de “um mundo académico fechado sobre si” (Curto, 2011).

Consideramos ser indispensável a consolidação da sociologia, tanto no sentido de a “democratizar”, permitindo a sua apropriação por faixas alargadas da população, como na legitimação e expansão das suas práticas profissionais, clarificando (e construindo socialmente) a sua utilidade social. Estamos em crer que algumas dicotomias que se têm gerado nos debates meta-sociológicos atuais — academismo vs. pluralismo; racionalismo vs. relativismo; ciência fundamental vs. aplicada — quando extravasam o seu valor heurístico e se convertem em verdadeiros campos de batalha (no âmbito das “wars of science”), são empobrecedores (e perigosos) para o desenvolvimento deste campo científico e profissional.

Como esperamos ter mostrado neste texto, uma relação mais próxima da sociologia com os demais agentes, instituições e lógicas sociais não significa, de nenhuma forma, abdicar do seu corpo específico de problemas, perspectivas e competências, mas, pelo contrário, alargar, aprofundar e difundir o campo de reflexão das ciências sociais, em geral, e da sociologia, em particular.

Referências Bibliográficas

- Abrantes, Pedro, Cristina Roldão e Rosário Mauritti (2011), *Efeitos TEIP: Avaliação de impactos escolares e sociais em sete territórios educativos de intervenção prioritária*, Relatório Final, CIES-IUL/DGIDC-ME.
- Aguiar, Fernando, Andrés de Francisco e José António Noguera (2009), “Por un giro analítico en Sociología”, *Revista Internacional de Sociología*, 67 (2), pp. 437-456.
- Alderson, Priscilla (2005), “As crianças como pesquisadoras: os efeitos dos direitos de participação sobre a metodologia de pesquisa”, *Educação & Sociedade*, 26 (91), pp. 419-442.
- Atkinson, Lucy (2006), “From play to knowledge: from visual to verbal?”, *Anthropology Matters Journal*, 8 (2).
- Bertely Busquets, María, Gonzalo Saraví e Pedro Abrantes (2013), *Adolescentes Indígenas en México: Derechos e Identidades Emergentes*, Cidade do México: CIESAS/UNICEF.
- Borges, Carina e Hilson Cunha Filho (Coords) (2004), *Alcoolismo e Toxicodependência*, Lisboa, Climepsi Editores.
- Bourdieu, Pierre (1989), *O Poder Simbólico*, Lisboa, Difel.
- Bourdieu, Pierre (org.) (1993), *La Misère du Monde*, Paris, Seuil.
- Bourdieu, Pierre (2004), *Para uma Sociologia da Ciência*, Lisboa, Edições 70.
- Brown, Katrina, Rachel Dilley e Keith Marshall (2008), “Using a head-mounted video camera to understand social worlds and experiences”, *Sociological Research Online*, 13 (6) 1.
- Buckingham, David (2010a), *After the Death of Childhood*, Cambridge, Polity Press.
- Buckingham, David (2010b), *Media Education*, Cambridge, Polity Press.
- Burawoy, Michael (2005), “2004 American Sociological Association Presidential address: for public sociology”, *The British Journal of Sociology*, 56 (2), pp. 259-294.
- Burawoy, Michael (2006), “Pour la sociologie publique”, *Socio-Logos: Revue de l'Association Française de Sociologie*, 1.
- Burawoy, Michael (2007), “Open the social sciences: to whom and for what?”, *Portuguese Journal of Social Sciences*, 6 (3), pp. 137-146.
- Caillé, Alain (dir.) (2007), *La Quête de Reconnaissance: Nouveau Phénomène Social Total*, Paris, Éditions La Découverte/M.A.U.S.S.
- Carballo, Priscilla (2009), “Claves para entender las nuevas sensibilidades: estudios sobre producciones culturales juveniles en Costa Rica”, *Revista Latinoamericana de Ciencias Sociales, Niñez y Juventud*, 7 (2), pp. 1331-1347.
- Carvalho, Maria do Carmo (2007), *Culturas Juvenis e Novos Usos de Drogas em Meio Festivo*, Porto, Campo das Letras.
- Castells, Manuel (2001), *La Sociedad Red*. Madrid: Alianza Editorial.
- Castells, Manuel (2003) *El Poder de la Identitat*, Barcelona, Editorial UOC.
- Curto, Diogo Ramada (2011), “Ciências sociais em ruínas”, *Jornal Expresso – Atual*, 5 de Fevereiro de 2011.
- Descola, Phillippe (2006), *As Lanças do Crepúsculo: Relações Jivaro na Alta Amazônia*, São Paulo, CosacNaify.
- Escudero, María Carolina (2009), “La práctica artística como generadora de sujetos políticos”, *Argumentos*, 22 (60), pp. 27-38.
- Fernandes, Luís e Maria Carvalho (2003), *Consumos Problemáticos em Populações Ocultas*, Lisboa, Instituto da Droga e da Toxicodependência.

- Ferro, Lúgia (2005), “Ao encontro da sociologia visual”, *Sociologia – Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*, 15, pp. 373-398.
- Flores, Carlos (2007), “La antropología visual: ¿Distancia o cercanía con el sujeto antropológico?”, *Revista Nueva Antropología*, 20 (67), pp. 65-87.
- Gaber, Annaliza (2005), “Media coverage of Sociology”, *Sociological Research Online*, 10 (3).
- Giddens, Anthony (1994), *As Consequências da Modernidade*, Oeiras, Celta Editora.
- Griswold, Wendy, Terry McDonnell e Nathan Wright (2005), “Readers and Reading in the Twenty-First Century”, *Annual Review of Sociology*, 31, pp. 127-141.
- Halford, Susan e Caroline Knowles (2005), “More than words: some reflections on working visually”, *Sociological Research Online*, 10 (1).
- Hardt, Michael e Antoni Negri (2006), *Multitud, Guerra y Democracia en la Era del Império*, Barcelona, DEBOLS!LLO.
- Honneth (1995), *The Struggle for Recognition: The Moral Grammar of Social Conflicts*, Cambridge, Polity Press.
- Justo, Joana Sanches e Mario Sérgio Vasconcelos (2009), “Pensando a fotografia na pesquisa qualitativa em Psicologia”, *Estudos e Pesquisas em Psicologia*, 9 (3), pp. 760-774.
- Kaptani, Erene e Nira Yuval-Davis (2008), “Participatory theatre as a research methodology: identity, performance and social action among refugees”, *Sociological Research Online*, 13 (5) 2.
- King, Nancy (2007), “Developing imagination, creativity, and literacy through collaborative storymaking”, *Harvard Educational Review*, 77 (2), pp. 204-227.
- Lashua, Brett (2006), “The arts of the remix: ethnography and rap”, *Anthropology Matters Journal*, 8 (2).
- Lorandi, Magdalena (2009), “Viviendo y promoviendo nuestros derechos: una investigación-acción participativa de niños, niñas y jóvenes indígenas Del Estado de Puebla”, em UNICEF (org.), *Una Mirada Hacia La Infancia y La Adolescencia en México*, México DF, UNICEF, pp. 123-171.
- Meyer, Morgan (2010), “Caring for weak ties: the Natural History Museum as a place of encounter between amateur and professional science”, *Sociological Research Online*, 15 (2) 9.
- Mills, C. Wright (1959), *The Sociological Imagination*, Nova Iorque, Oxford University Press.
- Pinto, José Madureira (2007), *Indagação Científica, Aprendizagens Escolares, Reflexividade Social*, Porto, Afrontamento.
- Pickering, Lucy (2009), “Dancing my own true? Reflections on learning to express myself through ecstatic dance in Haway”, *Anthropology Matters Journal*, 11 (1).
- Podestá, Rossana (2007), “Nuevos retos y roles intelectuales en metodologías participativas”, *Revista Mexicana de Investigación Educativa*, 12 (34), pp. 987-1014.
- Pujadas, Juan (2009), “Debates recientes en la antropología española”, *Conferencia no âmbito da Cátedra Angel Palerm*, CIESAS, México DF, 27 de Outubro.
- Rancière, Jacques (2010), *O Espectador Emancipado*, Lisboa, Orfeu Negro.
- Santos, Boaventura Sousa (2004) ‘O futuro do Fórum Social Mundial: o trabalho da tradução’, *Revista del Observatorio Social de America Latina*, 15, pp. 77-90.
- Schiltz, Anne (2006), “Filming ethnicity in Southern Transylvania”, *Anthropology Matters Journal*, 8 (1).

- Scott, John (2005), "Sociology and its others: Reflections on disciplinary specialization and fragmentation", *Sociological Research Online*, 10 (1).
- Souza Martins, José, Cornélia Eckert e Sylvia Novaes (orgs.) (2005), *O Imaginário e o Poético nas Ciências Sociais*, Bauru, Edusc.
- Tyner, Kathleen (org.) (2010), *New Agendas in Communication*, Londres, Routledge.
- Vaccarezza, Leonardo (2009), "Las relaciones de utilidad en la investigación social", *Revista Mexicana de Sociología*, 71, pp. 133-166.
- Veloso, Luísa (2009), *Aprendizagem e Identificação: o Espaço das Empresas: Estudo Sociológico num Grupo Empresarial Português*. Porto: Afrontamento.